

Sinttel-ES convoca associados para Assembleia de Prestação de Contas

Transparência é rotina no Sinttel-ES

Na próxima 4ª feira, dia 29 de março, o Sinttel reúne os associados, às 18 horas, para apresentar o balanço e a “prestação de contas” do ano de 2016. A diretoria vai expor para os/as trabalhadores/as a receita (o que entrou de recursos), o que se gastou no ano passado e como e onde foram investidas as mensalidades dos filiados e a contribuição sindical de toda a categoria.

O objetivo da Prestação de Contas é dar transparência aos gastos com despesas fixas, comunicação, negociações, assistência jurídica, por exemplo.

Também será apresentada a previsão do orça-

**29 de março
quarta-feira,
18h, no
Sinttel-ES**

mento para este ano de 2017.

Neste momento de crise moral e política, em que tanto se fala de corrupção, desvios e da falta de ética no governo golpista, partidos políticos e nas grandes empreiteiras, a assembleia de prestação de contas do Sinttel-ES é uma ótima oportunidade para que os/as trabalhadores/as do setor de Telecomunicações possam saber como é administrado o Sinttel-ES.

Os associados poderão verificar que o respeito e o compromisso com as ações sindicais e no atendimento ao trabalhador/a é rotina no Sinttel-ES.

“Nós temos essa marca de transparência e bom uso dos recursos dos trabalhadores. Priorizamos os serviços oferecidos aos associados e a manutenção do patrimônio construído ao longo de 47 anos”, explicou Nilson Hoffmann, presidente do Sinttel-ES.

Chame um colega e compareça na sede do Sinttel, na Rua Barão de Monjardim, 251, no Centro, Vitória – ES. Essa rua é a mesma do Parque Gruta da Onça.

Esperamos você!

SINTTEL-ES



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016



O SINTTEL-ES – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações; Telefonia Móvel; Centros de Atendimento; Call Centers; Transmissão de Dados e Serviços da Internet; Serviços Troncalizados de Comunicação; Rádio Chamadas; Telemarketing; Projeto, Construção, Instalação, Manutenção e Operação de Equipamentos e Meios Físicos de Transmissão de Sinal; Similares e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo – **convoca todas/as os/as trabalhadores/as para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 29 de Março de 2017, na sede do Sinttel-ES, situado na Rua Barão de Monjardim, 251 – Centro – Vitória – ES, às 18:00 horas, em primeira convocação e às 18:30 horas em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte pauta:**

- 1) **Apresentação** dos balanços patrimoniais do exercício de 2016;
- 2) **Apreciação** das contas do exercício de 2016 e
- 3) **Apreciação** da previsão orçamentária para o exercício de 2017.

Vitória/ES, 23 de março de 2017

Nilson Hoffmann - Presidente do SINTTEL/ES

Sinttel reúne a diretoria e faz planejamento estratégico

Durante os dias 16 e 17 de março, a diretoria do Sinttel-ES, juntamente com as funcionárias, esteve reunida para avaliar as ações do Sindicato e construir uma matriz operacional estratégica, com um plano de ações. O propósito é avançar no relacionamento, aproximando o Sinttel dos trabalhadores, aumentar a taxa de sindicalização, estabelecer

uma política de formação sindical para a diretoria, ampliar a comunicação, melhorando o site e as mídias sociais, para que a categoria se sinta mais representada e saiba que o Sinttel sempre estará do lado dela.

A supervisora técnica do Departamento Intersindical do Dieese, Sandra Pin Bortolon, aplicou o planejamento, com

base no PES (Planejamento Estratégico e Situacional). Toda a diretoria contribuiu, pensando o Sindicato, buscando reduzir as deficiências no atendimento ao trabalhador, na comunicação, no departamento jurídico, na formação sindical, na tarefa de ampliar o número de associados e dar transparência das ações, apresentando as conquistas para a categoria.

WhatsApp e Telegram para facilitar o contato

O Sinttel-ES divulga o número de telefone para receber mensagens da categoria pela redes sociais WhatsApp e Telegram.

O número é:

27 98889-6368



O SINTTEL vai MUDAR de ENDEREÇO

Devido à reformas no prédio do Sinttel, a partir do **dia 03 de abril de 2017**, o atendimento será na Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 42, Ed. Ames, Sala 1316 - Centro - Vitória. CEP: 29010-250.

O telefone continua o mesmo

27 - 3223-4844 e   **27 98889-6368**



CANAL DE VOZ

**SINTTEL·ES**

Informativo do Sinttel-ES nº 857

www.sinttel-es.org.br

22/03/2017

Ei! Você trabalhou na Dimensão, prestadora da GVT?

Então, o Sinttel-ES tem uma informação importante

A Dimensão/GVT vai pagar diferenças salariais e nos benefícios desde 2013

Essa é mais uma conquista do departamento jurídico do Sinttel-ES. O processo, que começou em setembro de 2015, nunca teve acordo nas audiências. A empresa praticava salários inferiores e outras garantias bem abaixo do que estava previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho de 2013 a 2016, das Prestadoras de Serviço em Telecomunicações.

Como faz para receber?

O/A trabalhador/a terá que ingressar com uma ação de execução de pagamento, já que para cada um os valores são diferentes.

Os advogados do Sinttel-ES es-

tão à espera dos ex-empregados para darem entrada nas execuções.

Documentos necessários

O Sinttel convoca todos os trabalhadores para irem ao Sindicato, levando os seguintes documentos:

Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade, Rescisão de Contrato de Trabalho, Comprovante de Residência e Aviso prévio

Todos precisam entrar com ação de execução para receber.

(Dívidas? Ligar Oscarina no Tel.: 27 3223-4844 ou mensagem pelo WhatsApp 27 98889-6368).



O que foi conquistado?

Os/as empregados/as que trabalharam na Dimensão, e que foram desligados a partir de 18/09/2013, ganharam uma Ação Trabalhista determinando que a Dimensão/GVT cumpra as Convenções Coletivas (CCTs) dos anos de 2013/2014; 2014/2015 e 2015/2016.

Isso quer dizer que esses/as ex-empregados/as vão receber diferenças entre o que era pago e o que deveria ser pago nos salários e benefícios previstos nestas Convenções.

Especificamente, o Sinttel buscou recuperar as diferenças no pagamento a menor do piso por função, reajuste salarial, auxílio-ali-

mentação, auxílio ao dependente portador de necessidades, auxílio-saúde, auxílio-creche, seguro de vida e acidentes pessoais e gratificação de férias.

Atenção:

A ações de execução são individuais ou plúrimas (com um grupo de 5 ou mais ex-trabalhadores) e serão feitas pelo Departamento Jurídico do Sinttel-ES.

Ajude a encontrar os trabalhadores.

Se voce conhece alguém que trabalhou na Dimensão avise-o dessa convocação.

Fique ligado no endereço do Sinttel.

O SINTTEL vai MUDAR de ENDEREÇO dia 03/04

Devido à reformas no prédio do Sinttel, a partir do dia 03 de abril de 2017, o atendimento será na Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 42, Ed. Ames, Sala 1316 - Centro - Vitória.

CEP: 29010-250. O telefone será o mesmo

27 - 3223 -4844



2798886-6368



27/03/2017 - Instituto Telecom

Nossa Opinião - As escolas e o satélite perdido

É bastante provável que muitos não saibam, mas entre as obrigações das atuais concessionárias do serviço de telecomunicações – Oi, Vivo e Claro – está a de levar banda larga às escolas, gratuitamente, até 2025. É o ano do término das atuais concessões.

São cerca de 65 mil escolas urbanas que deveriam ter conexão de alta velocidade gratuita e mais: as operadoras deveriam oferecer a ampliação periódica dessa velocidade para manter a qualidade e a atualidade do serviço.

Esse ponto, extremamente importante, é um dos que será subtraído com o PLC 79/16.

Um governo que está liquidando com qualquer projeto de educação, obviamente, não está preocupado com o abismo cada vez maior entre as escolas privadas e públicas. Enquanto as primeiras já têm ou terão acesso à banda larga, as escolas públicas serão vitimadas pela exclusão digital.

E no governo golpista sempre pode piorar. É o caso das escolas rurais. O satélite brasileiro, que já teve o lançamento adiado duas vezes, deveria permitir conexão em alta velocidade. No entanto, as novas regras estabelecidas

entrega quase toda a capacidade satelital ao mercado. Adeus ao acesso à internet, pois é difícil de acreditar que os grandes capitalistas brasileiros estão interessados em universalizar a banda larga.

Vejam as mudanças radicais que o PLC 79/16 promoverá, se for aprovado:

1. Hoje, a prorrogação do direito de exploração de satélite brasileiro só pode ocorrer uma única vez. Com o PLC 79/16 a prorrogação se torna eterna.
2. Atualmente, só se for "inexigível a licitação" (a disputa for considerada inviável ou desnecessária) o direito de exploração será conferido mediante processo administrativo estabelecido pela Anatel. Com a nova lei o direito de exploração será sempre um mero processo administrativo. Em outras palavras: a agência não terá mais obrigação de seguir as regras estabelecidas pela lei de licitações. Ficará nas mãos da Anatel encaminhar livremente esse processo administrativo. Sem licitações, os bens públicos serão transferidos para a iniciativa privada.

3. Com as regras atuais, o direito de exploração é oneroso e o máximo que pode ocorrer é o parcelamento desse pagamento. Com o PLC 79/2016 o pagamento será convertido em compromissos de investimento. Quem irá fiscalizar? A Anatel? A mesma que bate palmas para o mercado e critica a imposição de obrigações às operadoras?

Lamentavelmente, é esse o quadro que se apresenta. Mas ainda há tempo de reagir, de denunciar esse panorama absurdo que será efetivado caso o PLC 79 seja aprovado. O mercado não pode, sozinho, ditar as regras para o satélite e a educação pública. Temos que derrotar este plano. Temos que ter uma regulação eficaz para garantir que os interesses nacionais não sejam ultrapassados pela lógica do lucro puro e simples.

Conclamamos todos a ajudarem nessa campanha. Compartilhe esta matéria para seus amigos e todos aqueles que tenham alguma preocupação com as riquezas brasileiras. Um governo golpista não pode ser maior que os interesses de uma nação.

27/03/2017 - Rede Brasil Atual

Centrais acertam mobilização nacional em 28 de abril: 'Parar o Brasil'

Sindicalistas querem realizar movimento ainda mais amplo do que o realizado no último dia 15. CUT já tem protestos marcados para a próxima sexta-feira (31)

As centrais sindicais definiram na tarde de hoje (27) o dia 28 de abril para um novo movimento nacional de protestos e paralisações contra as reformas do governo Temer, incluindo Previdência, legislação trabalhista e terceirização. "Vamos parar o Brasil" é o tema da mobilização, que ocorrerá às vésperas do 1º de Maio e pretende influenciar nas propostas em discussão no Congresso, algumas com votação prevista para o mês que vem. Na próxima sexta-feira (31), a CUT já prevê um dia de protesto, considerado uma preparação para o 28 de abril, quando as centrais esperam ampliar a manifestação do último dia 15.

O acordo ocorreu em reunião na sede da UGT, em São Paulo, com representantes de nove centrais (CGTB, CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e a anfitriã), além do Dieese,

incluindo seu diretor técnico, Clemente Ganz Lúcio. Não houve acordo para o uso do termo "greve geral", como a maior parte dos dirigentes defendia. Mas a avaliação unânime foi de que a data nacional de paralisação, no dia 15, superou as expectativas e fez o governo repensar sua estratégia. Os sindicalistas consideram que o noticiário sobre negociação relativa a contribuições sindicais representou uma tentativa de "dividir" o movimento.

Para o presidente da UGT, Ricardo Patah, o governo recuou "porque não imaginava que podia haver o dia 15". Ele avalia que as centrais reconquistaram confiança diante de uma série de propostas "açodadas" por parte do Executivo.

Leia mais em: <http://migre.me/wkrml>

27/03/2017 - Telesíntese

Fazenda critica PLC 79 e propõe manter concessão em cidades sem competição

Para a Secretaria de Assuntos Econômicos do ministério, a consulta pública do PGMC ignora o PLC 79, que modifica o marco legal de telecomunicações no país. E tece duras críticas ao projeto, porque, no entender da Fazenda, com a possível migração das concessionárias para o regime privado, a Anatel ficará sem qualquer poder para intervir nos mercados mais vulneráveis, justamente aqueles onde não há competição.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (SAE) do Ministério da Fazenda também aproveitou a consulta pública realizada pela Anatel para enviar seu parecer sobre o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). A visão da secretaria é que o PGMC, como está, “tem o potencial de diminuir o incentivo à competição”. Principalmente pela forma como a Anatel quer atuar nas cidades de categoria 4, aquelas mais pobres e onde a concorrência é inexistente.

A SAE entende que as cidades precisam ser alvo de investimentos em conectividade através de políticas públicas, mas também, ter seus mercados regulados pela Anatel para corrigir assimetrias. Sem isso, as empresas novatas só enxergariam mais oportunidades em entrar nos mercados competitivos, do que nas cidades hoje menos atendidas.

E vai além. Reclama que o PGMC parece ignorar o projeto de lei 79, que redefine o modelo de telecomunicações no Brasil. O texto, se aprovado, permitirá a concessionárias migrar do regime público para o privado (de concessão a autorização). Essa mudança, no entender da secretaria, vai reduzir o poder de intervenção da Anatel, o que pode ser prejudicial ao consumidor nas cidades onde exista apenas uma empresa de telecomunicações.

“A Anatel perderá a prerrogativa conferida em lei para intervir em concessionárias. Como a prerrogativa não se estende às operadoras autorizadas, as mesmas operadoras que migrarem ganham um elevado poder de barganha em face do Estado justamente nas localidades

em que não haja substitutos para os seus serviços e, portanto, onde elas sejam relevantes demais para poder suspender, ou encerrar as suas atividades”, nota a SAE.

Para evitar esse problema, a secretaria propõe que a regulamentação do PLC 79 retire a possibilidade de as concessionárias migrarem para autorizadas nas cidades sem competição. “A fim de enfrentar esse problema, parece-nos que, além de priorizar a entrada de novos agentes econômicos nos mercados de categoria 4, não deva a Anatel realizar a migração do modelo de concessão para autorização nas áreas em que não haja concorrência”, ressalta.

Transparência

A SAE pede, ainda, que a Anatel desenvolva um mecanismo que permita mapear a capacidade ociosa da rede das operadoras dominantes. “Seria necessário que houvesse o monitoramento em tempo real da taxa de ocupação da rede da operadora com PMS pela Anatel — ainda que esse trabalho viesse a ser exercido por alguma entidade autônoma. (...) Recomenda-se que o Conselho Diretor avalie contratar, com a brevidade possível, instituição para a aferição da ociosidade das redes de SCM, com o intuito de, progressivamente, caminharmos para o monitoramento em tempo real”, diz. Sugere, ainda, que os dados agregados sejam tornados públicos para o consumidor, no site da Anatel.

27/03/2017 - Telesíntese

Kassab: MP da Oi sai logo

Segundo o ministro, o governo não quer intervenção na operadora, mas precisa preparar a Anatel.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Gilberto Kassab, disse nesta segunda-feira (27) que o governo deve publicar nos próximos dias a medida provisória que permitirá a Anatel intervir na Oi.

“O governo precisa publicar a MP, até porque tenho dito desde o primeiro momento que o governo se prepara para fazer uma intervenção [na Oi]”, declarou Kassab a jornalistas, após reunião com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

“O governo não quer uma intervenção e torce para que haja uma solução de mercado [na Oi]. Temos tido uma postura muito cooperativa, mas o governo não pode pôr recursos, por convicção e porque não tem”, completou o ministro.

Segundo Kassab, seria uma “temeridade” afirmar que haverá intervenção na Oi e ainda não há prazo para que essa decisão seja tomada.

“Não temos prazo.

A Oi está tentando uma solução para sua crise, uma crise grande e todos nós estamos torcendo para que essa solução aconteça”, acrescentou. (agência Globo).



28/03/2017 - Telesíntese

Amplia-se a queda de braço entre emissoras e operadoras de TV

A Simba Content - que congrega Record, RedeTV! e SBT- avisa que vai tirar seus canais de todas as operadoras de TV paga porque elas não aceitam pagar pelo conteúdo. Mas a ABTA (que representa as operadoras) informa que nem todas as empresas foram procuradas e sequer sabem o valor que está sendo pedido. Em Brasília, a NET tirou a programação do ar.



A queda de braço entre as emissoras de TV aberta – Record, SBT e RedeTV!, reunidas na Simba Content-, e as operadoras de TV chegou ao grande público com a troca de mensagens institucionais por parte dos dois lados. Desde ontem as empresas de radiodifusão veiculam a informação a seus telespectadores que a partir de amanhã, 29 de março, os seus canais deixarão de ser exibidos simultaneamente pelas principais operadoras de TV paga: NET, Claro, Embratel, Vivo, Oi e Sky.

E justificam: “essas empresas ainda não concordaram em pagar pelos direitos de transmissão do sinal digital de RecordTV, RedeTV! e SBT, ao contrário do que já fazem com os canais estrangeiros e com outras emissoras nacionais”.

Mas a ABTA – entidade que representa as operadoras de TV paga – divulgou nota oficial ontem, 27, alegando que a maior parte das operadoras de TV por assinatura “sequer recebeu uma proposta comercial da Simba até esta data”.

Se nem todas as empresas receberam qualquer proposta para começar a negociar o preço desses canais – pelo menos o grupo América Móvil (que congrega as operadoras Claro, NET e Embratel) – está informando a seus assinantes que esses canais vão mesmo sair de seu line up.

Em Brasília, a NET deixa de transmitir esses canais a partir de hoje,

28, conforme o comunicado da empresa. Em todos os informes, porém, os dois lados afirmam que “continuam a negociação em busca de um acordo”.portal-telesintese-comunicado-net-tv-aberta-digital

O que mudou, afinal?

A lei do SeAC (TV paga) acaba com o must carry dos canais da TV aberta a partir do momento em que esses canais se transformam em digitais. O must carry é a obrigação

que as operadoras de TV paga têm de carregar, gratuitamente, todos os canais de TV aberta em sua grade de programação.

A partir da nova lei, as emissoras de TV passam a ter mais poder de barganha, com a transição para o sinal digital. E passam a ter duas opções para a sua programação: fazer com que as operadoras transmitam os seus sinais gratuitamente ou passem a vender esse conteúdo para as teles. As três emissoras criaram essa nova empresa – a Simba Content – justamente para aumentar o seu poder junto às teles e forçar a venda de seu conteúdo.

E a questão é que essas emissoras estão exigindo um preço muito alto por assinante – comenta-se que o valor é de mais de R\$ 10,00 por cliente – preço esse que não está sendo aceito pelos grupos que já receberam a proposta. Agora, as emissoras, ao comunicar a seus telespectadores que deixarão todas as operadoras de TV paga, estão querendo provocar um constrangimento nacional e forçar assim a aquisição de seus canais sob suas condições.

Novos lances ainda ocorrerão até amanhã, quando sairão do ar os sinais analógicos dessas TVs, passando a ser totalmente digital na região metropolitana de São Paulo, o maior mercado de TV paga, e por isso mesmo o de maior interesse das emissoras, que contam com a TV paga para financiar os seus combatidos caixas.

